

# Chissano renova no Porto convite aos empresários

Diário de Lisboa  
12/4/90

Cerca de meia centena de empresários nortenhos, receberam ontem, na Associação Industrial Portuense, o Presidente Joaquim Chissano, que lhes falou das vantagens dos investimentos estrangeiros no seu país e apelou à iniciativa dos empresários portugueses.

Tal como já tinha afirmado ontem, em idêntico encontro com empresários do Sul, Chissano afirmou que «a situação política em Moçambique tem vindo a registar, nos últimos meses, uma evolução que tende a contribuir e a orientar-se na busca de soluções que poderão possibilitar a transformação do clima de tensão num clima de paz».

Num explícito convite aos empresários portugueses para que invistam no seu país, Joaquim Chissano disse crer que as condições básicas favoráveis à realização de investimentos estrangeiros em Moçambique estão já criadas e que as perspectivas em vista são encorajadoras e aliançantes.

O Presidente moçambicano explicou aos empresários nortenhos as potencialidades de Moçambique, mostrando-se convencido de que a comunidade dos homens de negócios portugueses «não deixará escapar a oportunidade e os trunfos de que dispõe para acelerar o processo de marcação firme da sua presença na economia e sociedade moçambicanas».

Segundo Chissano, as principais necessidades de Moçambique são capital e *knowhow* que - disse - podem ser proporcionados por Portugal.

Chissano referiu que Portugal ocupa a quinta posição nos investimentos estrangeiros em Moçambique, com um total, desde 1985, de 210 milhões de dólares, correspondentes a 70 projectos.

Em valor de investimentos, o primeiro lugar é ocupado pela Grã-Bretanha, seguida dos Estados Unidos.

Ao apelo de Chissano, respondeu o presidente da Associação Inustrial Portuense, Ludgero Marques, afirmando ser necessário procurar as condições mínimas para conseguir o perfeito entendimento entre os interesses dos empresários portugueses e os interesses de desenvolvimento de Moçambique.

«É necessário que desapareçam preconceitos e dificuldades que vêm inibindo os empresários portugueses de realizarem o casamento perfeito dos seus interesses de forma rápida, duradoura e eficiente.»

Segundo Ludgero Marques, o que está em jogo é o empenhamento português no desenvolvimento de Moçambique e, «como a história tem

demonstrado, o desenvolvimento não se faz sem custos e sem sacrifícios de alguns em favor do bem comum».

Mas, apesar das dificuldades, a cooperação vai avançando e, ontem mesmo, na própria Associação Industrial Portuense, Joaquim Chissano teve oportunidade de presidir à assinatura de constituição de uma sociedade de investimentos em Moçambique, entre o Banco Português do Atlântico e várias empresas moçambicanas.

O Presidente moçambicano iniciou a sua visita ao Porto na Câmara Municipal, onde o respectivo presidente da Câmara, Fernando Gomes, aludiu à geminação entre o Porto e a cidade da Beira, mostrando-se disponível para uma maior colaboração, e afirmou que Moçambique «não pode deixar de constituir um desafio para os empresários portugueses, conhecidos que são pelo seu dinamismo, capacidade de trabalho e sentido de oportunidade».

Joaquim Chissano agradeceu entretanto aos portugueses a «ajuda humanitária» enviada há alguns meses para Moçambique.

O último acto da breve visita do Presidente moçambicano ao Porto foi um almoço no

Palácio da Bolsa, oferecido pelo Presidente Mário Soares.

## Encontro com moçambicanos

Pouco depois de ter regressado a Lisboa, Chissano teve um encontro no Forum Picoas com cerca de três centenas de moçambicanos residentes em Portugal. O encontro foi marcado pelo desejo dos moçambicanos «com sucesso» regressarem ao seu país, e à resposta a questões sobre abusos do poder.

O Presidente moçambicano explicou aos seus compatriotas os principais vectores da política moçambicana, as reformas defendidas e os esforços de paz, respondendo depois a perguntas da assistência.

Máximo Dias, dirigente da UNAMO, foi o único elemento da oposição à Frelimo a usar da palavra, para indagar sobre os procedimentos a adoptar na defesa das suas ideias em território moçambicano.

Chissano convidou-o a participar na discussão do projecto de revisão constitucional, como qualquer moçambicano.

Identificados como afectos à Renamo, estiveram presentes João Gonçalves, Alberto Bendame e Jesus Lopes, mas nenhum deles solicitou o

direito de intervenção.

Joaquim Chissano quis identificar, entre a assistência, quantos moçambicanos estudam actualmente em Portugal, considerando-os poucos, e os que aqui residem permanente ou temporariamente.

Afirmou que a expressão «fugiu de Moçambique» é utilizada arbitrariamente, porque a seu ver muitos saíram do país sem rancor ou por medo, e apontou a necessidade de se abandonar o medo de intervir publicamente, mesmo que em termos críticos.

«Qual é o mal de as pessoas não estarem de acordo? O mal está quando se cria o caos e a violência, em vez de contribuírem para a construção do país.»

O líder moçambicano referiu que o seu Governo defende a criação de associações de moçambicanos residentes no estrangeiro, não com o objectivo de preconizar a formação de partidos políticos, mas para defesa da moçambicanidade e do orgulho nacional.

Sintetizou depois os três pontos em que o Governo moçambicano está empenhado: a busca da paz, a ampliação da democracia e o processo de reabilitação económica.

Portugal e a República Popular de Moçambique vão assinar hoje um acordo de cooperação jurídica e judiciária que permitirá uma maior facilidade na extradição de cidadãos e eficácia de sentenças criminais.

O documento, que vai ser assinado pelos ministros da Justiça dos dois países, Laborinho Lúcio e Ussamane Aly Dauto, tem 130 artigos e mais de 50 páginas, tendo levado mais de um ano a preparar e obrigado a deslocar e reuniões de equipas técnicas de ambos os países.

A extradição poderá, eventualmente, ser um dos aspectos susceptíveis de aplicação a curto prazo, já que Moçambique tem acolhido vários revêis de processos judiciais portugueses.

Estão nessa situação os doze elementos do caso FUP/FP25, condenados a elevadas penas pelo crime de «organização terrorista». Entre eles, inclui-se Maria Suzete Ribeiro, conhecida em Moçambique como a «Ana», que em 23 de Março de 1985 se avaliou da cadeia das Mónicas, em Lisboa.

O documento, considerado de «fundamental importância na consolidação das boas relações entre os dois Estados», prevê um melhor acesso aos tribunais, mais apoio judiciário, cooperação nas áreas civil, penal e de contra-ordenação social, bem como áreas de identificação, registos e notariado, formação de pessoal e intercâmbio de informação.

Dividindo-se em três áreas - judiciária, civil e criminal - o acordo vem permitir um maior apoio à formação de magistrados moçambicanos, uma das maiores carências sentidas no foro judicial daquele país, que se debate com um elevado índice de criminalidade.

Moçambique, que tem um sistema jurídico semelhante ao português, aboliu o ano passado a figura de Tribunal Militar Revolucionário, mantendo, no entanto, a pena de morte como medida máxima para crimes contra a segurança do povo e do Estado, embora esta pena seja passível de recurso para tribunal superior. As funções daquele tribunal transitaram para os tribunais comuns.

A feitura de um acordo bilateral desta envergadura obedece, segundo fontes do foro judicial, a uma correlação entre os dois sistemas jurídicos tendo em conta os acordos internacionais estabelecidos.

A título de exemplo, Portugal, que não tem a pena de morte no seu código penal, não extraditará, por princípio, um cidadão moçambicano a ela condenado.